



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03 / 2025.

Dispõe sobre a Concessão de Título de Cidadão Piauiense ao Excelentíssimo Senhor Jarbas Soares Júnior, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo, nos termos do artigo 27, inciso V, alínea “g” do Regimento Interno, aprovou e eu, em obediência ao contido no art. 19, do mesmo Regimento, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica atribuído o Título de Cidadão Piauiense ao Excelentíssimo Senhor Jarbas Soares Júnior.

Art. 2º A entrega do Título será realizada na Assembleia Legislativa do estado do Piauí.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, Teresina-PI,

de _____ de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES

DEPUTADO ESTADUAL (MDB/PI)

Jarbas Soares Júnior

FILIAÇÃO: Sebastião Jarbas Soares

Rosalice Caetano Soares

NASCIMENTO: Montes Claros/MG - 06/09/1964

FORMAÇÃO: Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – 1989

FORMA DE INGRESSO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS: Concurso para entrada no Ministério Público - 1990

Jarbas Soares Júnior é natural de Montes Claros, Minas Gerais, e formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) em 1989.

Ingressou no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em 1990, atuando como promotor de Justiça nas comarcas de Januária, Manga, Ouro Preto, Mariana e Itabirito.

Em 1992, foi transferido para Belo Horizonte, onde assumiu a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, acumulando inicialmente com a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público.

Foi coordenador da Promotoria de Defesa do Cidadão de Belo Horizonte por três vezes e membro de diversos conselhos, incluindo o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, o Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (Copam) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Em 2001, foi promovido a procurador de Justiça e nomeado coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e de Habitação e Urbanismo (Caoma).

Exerceu o cargo de procurador-geral de Justiça de Minas Gerais em dois períodos: de 2004 a 2008 e de 2020 a 2024.

Atualmente, é presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) para o ano de 2024.

